

Márcia anuncia curso avançado de libras

MP quer 45 dias para acordo sobre parque

A presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputada Janaina Riva (MDB), afirmou que ainda não há previsão para que o projeto de decreto legislativo que prevê a extinção do Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade, retorne à pauta de votação. Segundo ela, o Ministério Público do Estado pediu 45 dias para apresentar uma proposta de acordo

PÁG. 3

Deputado tenta barrar alta na tarifa de ônibus

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) apresentou um projeto de decreto legislativo na tentativa de derubar o aumento da tarifa do transporte intermunicipal entre Cuiabá e Várzea Grande, que passou de R\$ 4,10 para R\$ 4,95 no último dia 9 de março. A proposta visa sustar os efeitos na Ata da décima terceira sessão regulatória da diretoria Executiva colegiada da AGER/MT, publicado na edição no Diário Oficial do Estado (DOE) que circulou no último dia 5, que concedeu o reajuste de 78,02% sobre o valor da tarifa vigente

PÁG. 6

Mauro critica AL por proibir hidrelétricas

O governador Mauro Mendes (União) criticou a Assembleia Legislativa pela aprovação do projeto de lei que proíbe a construção de Usinas Hidrelétricas (UHES) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em toda extensão do Rio Cuiabá. O texto foi aprovado em segunda votação na última quarta-feira, 4 de maio, e aguarda sanção - ou veto - do governador. De acordo com Mauro, antes de aprovar a matéria, os deputados deveriam ter debatido mais o assunto. Na avaliação do governador, muitos parlamentares aproveitaram que é ano eleitoral para ganhar votos com o projeto

PÁG. 5



Gilberto Leite

A primeira-dama Márcia Pinheiro participou da certificação de mais de 1.800 alunos dos 33 cursos ofertados pela Prefeitura de Cuiabá e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A ação faz parte da terceira edição do Qualifica Cuiabá, programa idealizado pelo Núcleo de Apoio à Primeira-dama ainda em 2018. Durante o evento, foram certificados mais de 114 alunos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) básico e intermediário, curso que ensina técnicas para o atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiência auditiva

PÁG. 6

ANS - nº 34208-4

PALESTRICA

DESCONTOS EXCLUSIVOS NO PLANO UNIMED ODONTO

DESCONTOS ESPECIAIS NO PLANO DE SAÚDE

PLANOS UNIMED PARA VOCÊ, SUA FAMÍLIA E SUA EMPRESA.

MÊS DAS MÃES
UNIMED CUIABÁ

DESCONTOS NO COMBO

UNIMED SAÚDE

+

UNIMED ODONTO

e ainda: **carência zero** para consultas e exames simples.

Ligue agora
3612-3101

DESCONTOS ESPECIAIS NO PLANO DE SAÚDE + DESCONTOS EXCLUSIVOS NO PLANO UNIMED ODONTO

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Entre o dia 02 a 31 de maio de 2022 será realizada a Campanha de vendas mês das mães Unimed Cuiabá. Para as vendas neste período, será concedido desconto na tabela de preço e redução de 60 (sessenta) dias nas carências, exceto para partos e patologias preexistentes. O desconto e a redução nas carências serão concedidos exclusivamente aos novos clientes que contratarem planos individuais/familiares e empresariais a partir de 3 vidas. Cobertura e critérios de acordo com o contrato firmado, bem como a lei nº 9.656/98 da ANS - Agência Nacional de Saúde e posteriores atualizações definidas pela agência reguladora. Todas as vantagens anunciadas são válidas somente para o período da promoção e aplicam-se aos novos planos (não sendo válida para planos já existentes/migração). As informações e regras acima não se aplicam ao plano odontológico

EDITORIAL

Mato sem cachorro

Vencidos os primeiros choques econômicos da ômicron, a maioria dos países deveria retornar em 2022 às condições econômicas anteriores à pandemia. Essa era, pelo menos, a estimativa inicial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Antes, a expectativa era de um crescimento de 4,5% na economia mundial em 2022, com outros 3,2% em 2023. Com o desarranjo das cadeias de suprimento causado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, esses números foram revistos para baixo, cerca

de 1 ponto percentual a menos do que se esperava.

A inflação que já era bastante pesada antes da guerra, deve acelerar ainda mais. Os primeiros impactos já são sentidos, com aumentos nos preços dos combustíveis, proteínas, grãos, farinhas e outros produtos. A estimativa da OCDE é que a inflação suba ao menos 2,5 pontos percentuais ainda este ano em todo o mundo, com impactos diferentes nas economias ao redor do globo. Isso traz um novo desafio para governos e bancos centrais, que já lutavam

uma batalha inglória para conter a inflação causada pela pandemia.

O esforço para combater a inflação será muito maior. O Banco Central terá que manter sua expansão em território contracionista para tentar conter o aumento generalizado de preços, um movimento que se contrapõe à necessidade de crescimento econômico, que pede um incentivo ao consumo. O cenário de juros mais elevados desestimula os investimentos do empresariado, tão necessários nesse momento. Por outro lado, tem ajudado a derrubar as cotações do dólar, à medida em que atrai dinheiro novo do exterior.

O pior impacto tem sido sentido nos combustíveis, como ficou claro com o mega-aumento realizado pela Petrobras em março, cujos efeitos fizeram disparar ainda mais a inflação. Por se tratar de algo essencial à realização de todas as atividades econômicas, esse aumento criou uma onda de choque nos preços, espalhando a carestia para outros setores. É o que já se vê nas gôndolas dos supermercados.

O governo precisa encontrar meios de mitigar os impactos diretos do encarecimento da energia, especialmente dos combustíveis, sobre o custo de vida dos ci-

Avança Mato Grosso

Neri Geller (*)

Lançamos na última sexta-feira (6) em Alta Floresta o Movimento Avança Mato Grosso, com o propósito de debater com a sociedade mato-grossense uma agenda de desenvolvimento socioeconômico que contemple economia, meio ambiente, área social e, especialmente, as pessoas.

Durante o lançamento publicamos uma Carta de Princípios que deixa muito clara a nossa visão de desenvolvimento: cuidar de gente e não apenas de coisas. E a hora é agora, no momento em que nosso estado completa 274 anos. Precisamos de uma nova visão de futuro. Vamos dar um salto, evoluindo nosso conceito de locomotiva do agronegócio brasileiro para referência em capital, desenvolvimento humano e qualidade de vida.

Cada um dos princípios representa eixos sobre os quais queremos a contribuição dos partidos políticos, das entidades de classe como Fiemt, Fecomércio, Famato, Aproso-

ja, FCDLs, clubes de serviço, OAB, entre outras, para definirmos, juntos, programas e metas concretas para que todos os nossos pré-candidatos, de governador a deputado estadual, se comprometam em suas futuras campanhas e mandatos.

É sou o primeiro a firmar tal compromisso, tanto no meu atual mandato de deputado federal, como na minha pré-campanha, e posteriormente na campanha de senador.

São esses os nossos princípios iniciais: Desenvolvimento Humano – Erradicação da Fome e da Miséria; Geração de Empregos e Qualificação Profissional; Integração Econômica entre as Regiões – Mato Grosso por Inteiro; Descentralização da Saúde com Fortalecimentos de Polos Regionais de Alta e Média Complexidade; Fronteira Segura – Fechar a Porta na Cara do Crime Organizado para garantir mais segurança interna.

Na medida que o debate for ocorrendo, outros princípios poderão ser incorpo-

rados. Mas, o mais importante, é todos entendermos que precisamos eliminar as desigualdades entre as pessoas e as regiões de Mato Grosso. Não precisamos mais conviver com a existência de ilhas de prosperidade em meio a regiões estagnadas. Queremos que o desenvolvimento chegue a todas as nossas regiões. E para todas as pessoas. Vamos acabar com essa distorção de "estado rico x povo pobre".

Temos direito às mesmas oportunidades para nos desenvolvermos e prosperarmos. Nossa economia é um exemplo de dinamismo para o mundo. Vamos entrar agora num novo ciclo de progresso que vai representar uma nova revolução econômica para o estado, com a consolidação de uma malha ferroviária que vai integrar todo o Mato Grosso.

É e nessa hora que precisamos inserir de vez o desenvolvimento humano nas nossas prioridades, qualificando nossa mão de obra para ocupar os novos postos de trabalho que estão surgindo, executando

programas de proteção e promoção social e apresentando soluções definitivas para setores como saúde, educação e segurança pública.

Importante esclarecer que o Movimento Avança Mato Grosso não é de esquerda nem de direita, não é de situação nem de oposição: é um movimento de convergência de todos aqueles que reconhecem os grandes avanços que já conquistamos e se comprometam a avançar ainda mais, incluindo definitivamente as pessoas no extraordinário desenvolvimento de Mato Grosso.

Sinto-me especialmente feliz e honrado por ter sido escolhido por essa aliança de quatro partidos, que deverá ser ampliado brevemente, para liderar o Movimento Avança Mato Grosso.

*NERI GELLER é deputado federal e pré-candidato a senador pelo PP de Mato Grosso



Inflação Teimosa

Vivaldo Lopes (*)

O IBGE divulgou (11) ontem, os dados da inflação do mês de abril. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), utilizado para medir a inflação no Brasil, apresentou alta de 1,06%, a maior variação para esse mês desde 1996. Em abril do ano passado, a variação havia sido de 0,31%. Nos últimos 12 meses, a inflação brasileira chegou a 12,13%. Os principais responsáveis pela alta do mês passado foram os alimentos (no domicílio e fora), bebidas e combustíveis. A alta dos combustíveis, por sua vez, impactou os transportes de pessoas e de mercadorias. Juntos, esses itens contribuíram com 80% da inflação de abril. Individualmente, o aumento da gasolina foi o que produziu maior impacto no índice do mês. Depois da gasolina, o etanol foi o segundo componente que mais impactou a inflação mensal.

A resiliência da inflação em patamar elevado e os componentes que lhe dão tração passaram a povoar as discussões entre economistas, analistas financeiros, empresários, Banco Central e membros da administração federal. Todos trabalham com cenários de redução da pressão infla-

cionária a partir de junho, chegando ao final de 2022 abaixo dos atuais 12,13% e mais próximo de 10%.

Considero pouco provável que a inflação sofra queda expressiva no segundo semestre. Porque os principais fatores que impulsionaram a inflação até aqui dão sinais que continuarão em alta nos próximos meses.

A inflação brasileira tem parte considerável importada do cenário global, realidade que assombra todas as economias, especialmente as dos países desenvolvidos. A inflação americana chegou ao patamar de 8,3%, em 12 meses, índice que não se registrava por lá nos últimos 40 anos. Isso força o Federal Reserva, banco central americano a elevar os juros, o que pode produzir recessão na economia americana. E a China, para combater nova onda de infestação de covid-19 em seu território, implantou um rigoroso lockdown, freando drasticamente sua retomada econômica, da qual depende o mundo inteiro, inclusive o Brasil. Para piorar ainda mais o cenário mundial, a Rússia promoveu a insana invasão da Ucrânia, produzindo corrosivos efeitos econômicos colaterais em todas as economias desenvolvidas e em desen-

volvimento, pois afetou o fornecimento de petróleo, gás natural, grãos, fertilizantes e até mesmo gás neon, insumo imprescindível para a produção de microprocessadores (chips), elemento fundamental para todas as cadeias industriais do planeta. A alta mundial de preços vem na esteira da pandemia da covid-19 (2020 e 2021) que paralisou a economia global e quebrou as cadeias mundiais de logística e suprimento de insumos e componentes eletrônicos, gerando escassez e encarecendo consideravelmente a produção industrial. Nada indica que tais cadeias serão restabelecidas no segundo semestre de 2022 e os preços dos insumos e componentes industriais voltarão ao seu leito natural. Assim, a alta de preços internacionais continuará pressionando os preços internos.

No mercado doméstico, apenas as tarifas de energia elétrica devem sofrer queda a partir de maio com a retirada das famigeradas bandeiras vermelhas de escassez hídrica. Os demais itens que pressionam a inflação desde o ano passado seguirão na mesma toada de alta. A Petrobras reafirma a cada semana que vai continuar com sua política de aumentar os preços de gasolina, gás e diesel.

Os preços dos alimentos também demonstram que continuarão sua dinâmica de alta continuada, diante de preços internacionais elevados, que estimula as exportações em detrimento do mercado nacional. Exceção dos alimentos in natura, como verduras, legumes, frutas que, historicamente apresentam quedas sazonais de preços no período de seca, a partir do segundo quadrimestre do ano.

Mesmo com o esforço do Banco Central para combater a inflação por meio do aumento da taxa básica de juros, as projeções indicam que os alimentos e os combustíveis continuarão aumentando no segundo semestre e, por conseguinte, mantendo a inflação acima dos 10%, afetando a renda, o consumo, inibindo o crescimento e, principalmente, tornando a vida das famílias mais pobres ainda mais difícil.

VIVALDO LOPES é economista formado pela UFMT, onde lecionou na Faculdade de Economia e pós-graduado em MBA- Gestão Financeira Empresarial pela FIA/USP. E-mail: vivaldo@uol.com



Mães múltiplas

Rosana Leite (*)

A figura da mãe é extremamente marcada na vida dos seres humanos. O 'ideal' maternal, sem qualquer filtro, é da mulher que se sacrifica pelos filhos, filhas e toda a família.

O nome 'mãe' ecoa, e, a doçura, a leveza, a compreensão, dentre tantos sentimentos positivos adentram o imaginário, como se essas fossem absolutas obrigações delas. Seriam todas as mães colocadas em formas a seguir determinadas condições?

Em tempos de outrora, a figura da 'matriarca' habitava as famílias, como forma afirmati-

va de dizer que as mães ficavam incumbidas de ajudar a buscar a felicidade dos seus, com a falácia de que elas 'mandavam'. Na verdade, essa era apenas uma forma de as encher de responsabilidades afirmando que exerciam certo 'poder'.

Sim, as mães tinham a finalidade de serem incansáveis, e, ainda, deveriam trazer um belo sorriso a alegrar os dias daqueles e daquelas que com ela conviviam.

E se algo não saísse conforme o esperado, elas eram as culpadas incondicionalmente. A filha não efetuou um casamento conforme 'desejado', cadê a mãe?

Cuidar com quem os filhos convolariam as nupcias, para uma boa 'escolha', também não fugia ao controle delas. Até culpadas pelo cometimento de crimes de suas 'crias' elas eram. E com o passar do tempo, as mães passaram a acumular o dever de 'super mulher' mesclando trabalho doméstico e fora de casa a serem desenvolvidos com maestria.

O 'ser mulher' abarca a todas as mulheres. A visão feminista da maternidade deve ser a realidade atual. Não se destaca a mulher da mãe. E aí, o pensamento sobre todas é o mais importante.

Existem sim: mães que laboram fora; mães que ficam em casa; mães mais preocupadas ou não; mães que querem parto normal e outras cesarianas; mães que passaram por violência obstétrica; mães vítimas de violência; mães de pessoas em situação prisional; mães de muitos filhos e filhas; mães de um rebento somente; mães cujo trabalho fora de casa é imenso, outras nem tanto; mães que estudam eternamente; mães que possuem um par amoroso ou não; mães alegres ou tristes; mães que saem com as amigas e amigos; mães mais reclusas em casa; mães na política... Nossa, quantas mães! Na verdade, quantas mulheres em suas faces.

Com tantas mães e mulheres, como pensar em uma forma de bolo a colocar mulheres, e as recheiar de obrigações e responsabilidades que as aprisionam?

Não, não há como. A maternidade atual não segue padrões, sendo exercida sem submissões ou comparações. O feminismo tem se debruçado em torno da maternidade para que o patriarcado não continue a rondar. Não é possível idealizar o 'ser mulher' maternal. Assim como qualquer mulher, as

mães necessitam de liberdade. Elas podem escolher ser quem quiserem ser, a mãe ou a mulher que almejam, e não aquela construída pela história em laboratórios formados pelo machismo estrutural.

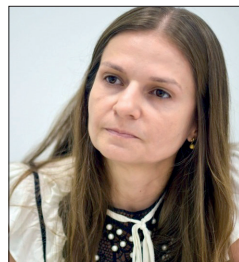
O mundo ouve que 'ser mãe' é exercer a possibilidade de conhecer o verdadeiro amor. E as mulheres que optaram por não desempenhar a maternidade, não conhecerão o amor? Ser mãe não é um dever, uma obrigação, mas, sim, um direito. Respeitar como cada mulher deseja ou não exercer esse direito, é entender que ela não escolheu um 'fardo', mas, sim, uma das faces das mulheres.

Maternar é emancipador às mulheres! Querem ou não. Ser mãe raiz ou Nutella, como se diz na atualidade. É exercer a política, já que a maternidade também o é. E o que é ser mãe? Como é ser mãe? Como deve uma mãe se portar com a escolha?

É preciso entender que os corpos das mães não são públicos e à disposição da sociedade. Ser mãe é também ser mulher. É proporcionar educação libertadora para a prole. É romper com a maternidade patriarcal. É viver livre, aberta ao mundo e às pessoas como qualquer ser humano. É conviver sem imposição.

É não buscar satisfazer a um ideal maternal que inexistente. É criar filhos, filhas e filhas com a certeza de que o respeito deve permear essa relação, sem qualquer possibilidade de se realizar em imposição.

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



Jornal
IMPRESSO MT

FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

PARQUE RICARDO FRANCO

Deputados tentam construir proposta que regularize a situação do parque sem expulsar fazendeiros nem incorrer em indenização bilionária

MP quer 45 dias para tentar acordo

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888**FARMÁCIA**
Unimed
Cuiabá**Da redação**

A presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputada Janaina Riva (MDB), afirmou na quinta-feira, 12 de maio, que ainda não há previsão para que o projeto de decreto legislativo que prevê a extinção do Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco, localizado em Vila Bela da Santíssima Trindade, retorne à pauta de votação.

A proposta estava na pauta da sessão ordinária de quarta-feira, 11 de maio, mas foi retirada a pedido do deputado Valmir Moretto (Republicanos). Um grupo de parlamentares tenta criar uma alternativa à extinção da unidade.

Uma das opções estudadas é a demarcação de uma nova área, excluindo as propriedades rurais e adicionando novas áreas de preservação.

Segundo Janaina, o Ministério Público do Estado (MP-MT) pediu 45 dias para apresentar uma proposta de acordo. Enquanto isso, uma reunião deve acontecer na próxima semana entre os deputados, produtores da região e membros do MP, para debater as possibilidades que já foram apresentadas.

"O Ministério Público pediu 45 dias para fechar uma questão e tentar formalizar um acordo. Então, vamos aguardar esse prazo. A reunião deve fluir na semana que vem, apresentando as propostas que os produtores estão dispostos a fazer e a gente vai aguardar para ver se o Ministério Público também sinaliza alguma contraproposta", disse a deputada.

Segundo a parlamentar, uma das alternati-

vas apresentadas pelos produtores foi a retirada do pedido de indenização aos proprietários de terras que já estavam na região antes de novembro de 1997, quando foi publicado o decreto que tornou a área em uma unidade de conservação. Ela destaca que o governo terá dificuldades de arcar com as indenizações se o projeto não for aprovado, já que o valor gira em torno de R\$ 2 bilhões.

"Tem muita alternativa boa ali que está sendo proposta, inclusive a maior delas é a retirada do pedido de indenização como forma de demonstração de que eles [produtores] realmente precisam dessa propriedade para trabalhar, porque a indenização hoje, até falei com o secretário Rogério Gallo [Casa Civil], é incalculável. Era cerca de R\$ 2 bilhões, hoje a gente não tem noção de quando seria", comentou.

MANIFESTAÇÃO - Na terça-feira, 10 de maio, o procurador Ge-



Janaina aponta que Estado não tem condição de pagar as indenizações, que giram em torno de R\$ 2 bilhões

ral de Justiça, José Antônio Borges Pereira, e o procurador de Justiça de Defesa Ambiental e Ordem Urbanística, Luiz Alberto Esteves Scalopp, emitiram uma nota em defesa da manutenção do Parque Estadual. Na avaliação deles, o projeto de decreto

legislativo representa "grave afronta ao princípio do não retrocesso ambiental".

"Na prática, portanto, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2017 busca suprimir uma unidade de conservação de importância ímpar a toda municipalidade,

bem como de notória relevância no cenário ambiental do Estado de Mato Grosso, a fim de beneficiar os interesses de uma minoria. Trata-se, consequentemente, de pauta voltada a poucos em detrimento do bem coletivo", destacaram.

INDENIZAÇÃO DE R\$ 1,2 BI**MPF se retira de ação do Estado contra Consórcio VLT**

Marcos Vergueiro/Secom-MT

Da redação

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu parecer afirmando não ter nenhum interesse em atuar na ação do Governo de Mato Grosso contra o Consórcio VLT, para ressarcimento dos danos ao erário provocados pela não conclusão das obras do Veículo Leve sobre Trilhos, em Cuiabá e Várzea Grande.

No parecer, assinado no último dia 25 de abril, o procurador da República, Carlos Augusto Guarilha de Aquino Filho, destacou que o MPF atua apenas na defesa do patrimônio público que envolva órgãos da União, o que não é o caso da ação do Estado contra o Consórcio VLT,

uma vez que o governo quitou o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 572 milhões, em dezembro de 2021.

"Dessa forma, o desfecho do processo, independentemente do acolhimento ou rejeição dos pedidos, não trará nenhuma repercussão ao patrimônio público da União ou de algum ente federal, o que revela a inexistência de interesse do MPF na causa. Portanto, o Ministério Público Federal informa que não possui interesse jurídico na lide", destacou o procurador.

A AÇÃO - O Estado ingressou na Justiça para que a concessionária indenize a população em mais de R\$ 1,2 bilhão por

não ter finalizado a obra - cujo contrato foi rescindido após a descoberta de prática de corrupção e pagamento de propina, confessada inclusive em delação premiada. Também foi pedido judicialmente que o consórcio proceda com a retirada e venda dos vagões.

O empréstimo havia sido feito em 2012 para custear as obras do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) e a quitação dos valores junto à Caixa Econômica ocorreu no final do ano passado. Com o pagamento, o Estado não possui mais nenhuma dependência ou necessidade de autorização do banco para construir o Bus Rapid Transit (BRT) em Cuiabá e Várzea Grande.



Com assinatura do acordo, Selo Carbono Neutro MT terá reconhecimento nacional e internacional

MEIO AMBIENTE**Selo Carbono Neutro MT passa a ter reconhecimento internacional****Da redação**

Mato Grosso aderiu ao programa Carbono Neutro com a meta de estimular ações de sustentabilidade para neutralizar as emissões de carbono até 2035. São três modalidades de selos concedidos a quem aderir ao programa: financiador, apoiador e compromissário. A assinatura do acordo foi realizada na quinta-feira, 12 de maio, pelo governador Mauro Mendes (União Brasil) junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), durante a 107ª reunião da Associação das Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abe-ma), que ocorreu em Cuiabá.

Os interessados em aderir ao Programa podem realizar o procedimento pela internet, por meio do novo Sistema de Adesão, ou pelo site da Sema-MT (www.sema.mt.gov.br) nas versões em inglês e português, com um QR Code que atesta a veracidade do documento. Aqueles que já possuem ações de descarbonização implanta-

das e querem ser certificados como Carbono Neutro devem aderir como compromissário e cumprir os requisitos previstos na legislação.

Mendes destacou que a missão de Mato Grosso é fortalecer os compromissos ambientais, mas sem criar empecilhos ao setor produtivo.

"O esforço do governo é para preservar e cumprir a legislação, mas sem ser uma 'pedra no sapato' dos que querem produzir e empreender de modo legal, e valorizar a nossa reserva legal que está sendo mantida. Produzir alimentos e preservar o planeta, cuidar do meio ambiente e da sua normatização vai ganhar cada vez mais relevância", afirmou.

A secretária do Meio Ambiente de Mato Grosso, Mauren Lazzaretti, pontuou que a criação do programa é essencial para o Estado alcançar a meta de neutralizar as emissões de gases do efeito estufa até 2035.

"Esta parceria vai possibilitar que os selos emitidos por Mato Grosso tenham reconhecimento nacional e

internacional, de que as nossas empresas neutralizam a emissão de carbono".

O trabalho técnico conjunto para esta regulamentação ocorre desde dezembro de 2021, quando foi assinado um protocolo de intenções entre Mato Grosso e a ABNT, com o objetivo de alavancar o programa rumo à meta de redução da emissão de gases de efeito estufa.

OUTRAS AÇÕES - Durante a reunião com secretários e presidentes de autarquias ambientais de todo o país no Palácio Paiaguás, também foram discutidos o Plano RegularizAgro, a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, o combate integrado aos ilícitos ambientais e a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD).

Fundada em 1985, a Abema é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, representante dos órgãos estaduais de meio ambiente, que reúne 48 entidades, sendo 26 secretarias de estado e 22 autarquias e fundações.

UNANIMIDADE**Pleno do TCU mantém decisão de paralisar obras do BRT****Da redação**

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, durante a sessão realizada na quarta-feira, 11 de maio, manter a decisão cautelar que suspendeu todos os procedimentos administrativos relativos à troca do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT).

Na última semana, o ministro Aroldo Cedraz acatou o pedido liminar na representação feita pelo Município de Cuiabá, que apontou irregularidades no processo de mudança do modal que estava previsto para ser instalado em Cuiabá e Várzea Grande.

"Trata-se de uma proposta de cautelar e gostaria de então submeter ao plenário o referendo da medida cau-

telar adotada por meio do despacho contido à peça 101 dos autos, transcrito no relatório que precede o acórdão. Encaminhar o processo à unidade técnica para prosseguimento da instrução e adotar demais medidas do acórdão", disse o ministro durante a sessão.

Na representação, o Município diz que o processo de mudança do transporte ocorreu sem ouvir o Grupo de Trabalho Mobilidade Cuiabá e que o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) não foi 'conclusivo' o suficiente para embasar a decisão.

No mérito, a Prefeitura pediu que seja elaborado um "EVTEA suficiente, adequado, robusto e exauriente, que deverá inclusive contar na sua

elaboração com a participação dos municípios afetados pela execução da obra (governança inter-federativa) bem como de toda a população interessada (democracia participativa)".

O ministro-relator também afirma que houve "acodamento" durante a realização da licitação, com o objetivo de sair da jurisdição do TCU.

Na segunda-feira, 9 de maio, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), anunciou que protocolou no TCU um pedido de inspeção in loco do órgão de controle nas obras de implantação do VLT. Segundo Emanuel, a vistoria presencial é importante para que os técnicos do órgão vejam os impactos causados nas duas cidades com a não continuidade das obras do VLT.

BOLA DIVIDIDA

Partido cogita lançar nome próprio ao governo, mas pode apoiar reeleição se houver 'reciprocidade' com candidatura de Galvan ao Senado

PTB na disputa por apoio de Mauro

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

Pré-candidato a senador pelo estado de Mato Grosso e presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Brasil (Aprosoja), Antonio Galvan revelou que existe a possibilidade de seu partido, o PTB, lançar uma candidatura própria ao governo do Estado nas eleições deste ano. Mas a sigla também trabalha com a possibilidade de subir no palanque do governador Mauro Mendes (UB), que deve buscar a reeleição.

Desde que o tema começou a ser debatido nas fileiras do partido, vários nomes já foram apresentados e discuti-

dos. Entre eles, aparecem o presidente do PTB federal Victório Galli, o empresário Odílio Balbinotti Júnior, e outros representantes da Baixada Cuiabana. Em entrevista ao *Estadão Mato Grosso*, Galvan defendeu que a conversa se estenda até as convenções partidárias.

“Se cogitou até o próprio Galli, que está pré-candidato a deputado federal. Dentro da necessidade, ele disponibilizou o nome dele. A gente sabe que é uma disputa bastante difícil. Nós temos uma conversa boa com o Flávio da Frical [ex-candidato a prefeito de Várzea Grande], também já conversamos. O próprio Zaeli [Tião, ex-prefeito de Várzea Grande] também foi conversado”, disse.

Apesar de buscar a formação de uma 'chapa pura', Galvan não descarta a possibilidade de o PTB apoiar a reeleição de Mauro. Ele aponta que não existe qualquer

desavença contra Mauro. Entretanto, a construção dessa aliança pede uma 'reciprocidade', para 'azeitar as relações', com o apoio do governador à candidatura de Galvan ao Senado Federal.

“Quanto à relação com o próprio governador, não tenho nada de pessoal com ele. Existe uma possibilidade de apoiar ele, é o grupo que vai decidir, não sou eu que vou decidir sozinho se vamos ou não vamos”, disse.

“Porque quando você fala que tem um grupo político, o grupo é o partido, então tem gente que é favorável ao Mauro, tem gente que é totalmente contra, tem os outros do meio... Então, a questão é o seguinte: o que vem de lá pra cá? Eu, como estou, na maioria vou ter apoio?”, questionou.

Esse posicionamento coloca Galvan em uma situação de 'bola dividida', pois o apoio de Mauro também é



Galvan aponta que PTB tem ao menos três nomes fortes para disputar o governo de MT

buscado por outros dois possíveis candidatos ao Senado: Neri Geller (PP) e Wellington Fagundes (PL). A disputa entre os dois já cria um

mal-estar ao governador, porque os partidos que compõem a base de Mauro desejam apoiar Neri, ao passo em que Fagundes conta com

o apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), que é capaz de mobilizar grande quantidade de eleitores em Mato Grosso.

TRETA NO PARLAMENTO

Assembleia rejeita desapropriação no Ubirajara

Da redação

Após intensa troca de farpas e bate-boca, os deputados estaduais rejeitaram o projeto de lei que autorizava o Poder Executivo estadual a desapropriar e promover assentamento urbano no bairro Altos do Ubirajara, em Cuiabá. A matéria foi votada na sessão ordinária desta quarta-feira, 11 de maio, em segunda votação.

A proposta estava com parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), entendimento que foi mantido por 11 votos contra quatro - de Wilson Santos (PSD) autor da propositura, Valdir Barranco (PT), Lúcio Cabral (PT) e Elizeu Nascimento (PL).

A desapropriação de mais de 150 famílias

que moram no bairro Altos do Ubirajara foram surpreendidos com máquinas e viaturas de polícia para fazer o despejo da área, após decisão judicial.

Antes da votação do projeto na Assembleia Legislativa, houve uma intensa discussão entre Wilson Santos, Gilberto Cattani (PL) e Ulysses Moraes (PTB).

Wilson contestou o parecer da CCJ, que apontou inconstitucionalidade da matéria, e disse que o procurador-geral do Legislativo, Ricardo Riva, fez uma análise do projeto apontando sua constitucionalidade. Ele ainda citou que o projeto não obriga o Poder Executivo a desapropriar a área, apenas autoriza esse processo.

“Nós estamos dan-

do a vocês e que vocês se lembrem de mim e do que estou falando aqui, quando vocês perderem seu tempo e seu dinheiro que investiram lá, quando não tiverem essa esperança de vocês realizada. Quero que se lembrem do que eu disse a vocês e que vocês

autorização para que ele faça uma pequena desapropriação de apenas nove hectares onde 159 famílias estão dormindo no relento porque, infelizmente, houve uma decisão judicial que determinou a derrubada dos 159 barracos”, disse.

Em seguida, Gilberto Cattani disse que os moradores estavam sendo enganados. Ele levou à tribuna documentos que comprovam que a área em discussão é particular.

“Quero que vocês se lembrem de mim e do que estou falando aqui, quando vocês perderem seu tempo e seu dinheiro que investiram lá, quando não tiverem essa esperança de vocês realizada. Quero que se lembrem do que eu disse a vocês e que vocês

se lembrem dos que os enganaram. Os senhores estão sendo enganados, nenhuma propriedade invadida pode ser regulamentada”, disse o deputado, que foi vaiado por moradores da região que acompanhavam a sessão nas galerias.

Wilson Santos rebateu as declarações de Cattani e disse que a fala dele foi desprovida de conhecimento de “direito, de história e de Constituição”.

“Respeite os pobres, ninguém aqui é contra o direito de propriedade. Nenhum dos 24 deputados aqui propõem o desrespeito do direito de propriedade, que é muito antes que o direito constitucional, é um direito natural”, destacou.

Cattani respondeu reforçando que os moradores da região estão

sendo enganados. Ele ainda comentou, sem citar nome, que ficou impressionado com o deputado que cita tubarões, mas aproveitou a janela partidária para mudar para o partido dos tubarões.

“Eu não tenho problema de olhar nos olhos dos senhores e dizer que se lembrem do que vocês foram avisados. Os senhores estão sendo enganados. Eu falo mais um fez, se a terra é particular, os senhores estão invadindo essa propriedade e isso a lei reprime”, disse.

O deputado Ulysses Moraes entrou na discussão usando os mesmos argumentos de Cattani. Ele comentou que deputados populistas subiram no plenário para vender sonhos, iludindo e enganando.

Ulysses lembrou que para fazer a desapropriação do local, o Poder Executivo não precisava de um projeto aprovado pelo Legislativo.

“Vocês estão gastando tempo de vocês aqui, com uma lei que não tem eficácia, pois o Executivo não precisa dessa lei. Falando como jurista, vocês estão sendo enganados, pois estão colocando vocês para defender uma lei que é inútil. Esta lei não tem validade alguma, não obriga o Executivo, muito menos impede o Executivo de qualquer coisa”, reforçou.

A discussão se estendeu até que a deputada Janaina Riva (MDB) mandou que parassem a troca de ofensas na tribuna. Com o resultado da votação, o projeto foi arquivado.

INQUÉRITO ARQUIVADO

Conselheiro se diz vítima de injustiça de Rodrigo Janot

Tony Ribeiro/TCE-MT



Antônio Joaquim afirma que 'excesso' de Janot prejudicou sua vida e impediu sua candidatura

Da redação

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Antonio Joaquim, realizou uma coletiva de imprensa na manhã desta segunda-feira, 9 de maio, para anunciar que o Ministério Público Federal (MPF) pediu o arquivamento de uma investigação contra ele sobre suposta lavagem de dinheiro na compra de uma fazenda no interior de Mato Grosso.

O fato apurado foi citado na delação premiada do ex-governador Silval Barbosa, que foi amplamente divulgada em 2017. O documento desencadeou várias operações, sendo uma delas a Malebolge, que afastou cinco conselheiros da Corte de Contas do estado de suas funções,

incluindo Antonio Joaquim.

O conselheiro criticou a postura do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por ter pedido seu afastamento na época.

“Esse inquérito que vamos tratar aqui foi uma atitude absolutamente irresponsável do procurador. Ele pede meu afastamento neste inquérito porque ele criminaliza um negócio privado, uma fazenda que eu vendi cinco anos antes, [...] declarado no imposto de renda, recebi o pagamento na minha conta corrente. Então, ele criminaliza essa venda e pede meu afastamento de um assunto totalmente privado”, comentou emocionado.

Joaquim cita que o Ministério Público Federal formulou uma

denúncia contra duas pessoas envolvidas na investigação e, no seu caso, foram solicitadas investigações de alguns documentos.

“O MPF na época não me denunciou, mas ao mesmo tempo não pediu o arquivamento. Ele pede para seguir as diligências em cima de um fato, de três cheques que foi solicitado a microfilmagem e a minha defesa vai e atende à diligência e de imediato, coisa de uma semana, e agora finalmente o MPF pede o arquivamento do inquérito”, comentou.

O conselheiro disse que o arquivamento da denúncia aconteceu por falta de argumento, pois não “havendo linha investigativa idônea, razoável, que se promova o arquivamento, por não haver justa causa para

a persecução penal, no que concerne ao crime de lavagem de dinheiro por parte do investigado Antonio Joaquim”.

O conselheiro destacou que seu indiciamento “sem motivos” foi um ato irresponsável de Janot por ter solicitado seu afastamento do cargo “sem indícios”.

“Isso mudou minha vida, me impediram de ser candidato, me transformaram num bandido, fui julgado e condenado centenas de vezes por colegas dos senhores na rádio e nos jornais. Foi uma coisa de louco, mas eu sempre resisti bravamente de que o Ministério Público teria, vamos dizer, pessoas que são mais responsáveis, que tem noção do que significa abrir um inquérito e acusar alguém”, falou.

VETO ÀS PCHS

Governador diz que projeto que proíbe hidrelétricas no Rio Cuiabá foi aprovado a toque de caixa e aponta ação eleitoreira na Assembleia

“Lei ambiental não pode ser assim”

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA
Unimed Cuiabá

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) criticou a Assembleia Legislativa pela aprovação do projeto de lei que proíbe a construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em toda extensão do Rio Cuiabá. O texto foi aprovado em segunda votação na última quarta-feira, 4 de maio, e aguarda sanção - ou veto - do governador.

De acordo com Mauro, antes de aprovar a matéria, os deputados deveriam ter debatido mais o assunto. Na avaliação do governador,

muitos parlamentares aproveitaram que é ano eleitoral para ganhar votos com o projeto.

“Primeiro, isso é uma coisa técnica. Acho lamentável que a Assembleia tenha feito esse tipo de lei a toque de caixa. Tem muito deputado querendo ganhar voto na véspera de eleição, isso tem que ser feito com estudo técnico. Matéria ambiental não pode ser assim. Nem o governador e nem a Assembleia podem amanhecer um belo dia e resolver enfiar um projeto lá, aprovar e aquilo virar lei”, disse.

Mauro comentou que ainda não sabe se irá vetar o projeto, mas adiantou que antes de tomar qualquer decisão vai consultar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), em busca de um posicionamento técnico acerca do assunto.

“Tem que ter estudos técnicos, tem que ter uma série de procedimentos para funda-

mentar. Você pode até concordar, eu até concordo que aquele projeto que eu vi assim muito ‘en passant’ [de maneira rápida] de comentário daqui do Rio Cuiabá que aquilo não tinha viabilidade, mas quem tem que dizer isso é a Sema, são os técnicos, são os estudos, são os especialistas”, destacou.

EXPECTATIVA - Autor do projeto, o deputado estadual Wilson Santos (PSDB) se mostrou confiante de que a matéria será sancionada. Ele afirma ter tratado do assunto durante várias vezes com Mauro Carvalho, ex-chefe da Casa Civil, e acredita que os fatores como a aprovação da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa devem pesar a favor da sanção.

“O governador tinha conhecimento dessa matéria que tramitou aqui na Casa durante três anos, veio a Plenário e passou. Então eu acredito que o governa-



Mauro diz que projeto que proíbe hidrelétricas no Rio Cuiabá foi aprovado a toque de caixa e sem estudos técnicos

tor também está nesta seara e deverá sancionar o projeto. Mas é claro que ele deve consultar a Sema para que ela ofereça a ele um parecer consistente”, disse Wilson, em entrevista após a aprovação.

O PROJETO - Proposto pelo deputado Wilson Santos (PSDB), o projeto que proíbe a instalação de PCHs no Rio Cuiabá tramita no Legislativo desde 2019. O texto ficou parado por um tempo após ser aprovado em

primeira votação, mas retornou às discussões no início do ano, após o autor da proposta criticar a mudança de postura dos parlamentares, que antes eram favoráveis e que agora são contrários à proibição.

EFEITO ‘BOLSOMAURO’

Senador não quer apoiar candidato do seu partido

Da redação

O senador Jayme Campos defendeu que o União Brasil libere os estados para apoiar outros candidatos à Presidência da República. No mês passado, o partido lançou a pré-candidatura do presidente do diretório nacional, deputado federal Luciano Bivar, ao Palácio do Planalto.

Para Jayme, o apoio a Bivar não deve ser imposto aos diretórios estaduais. Em sua análise, essa liberdade é primordial para as candidaturas majoritárias nos estados.

“Eu acho que o próprio Bivar não tem esse direito e vim querer impor candidatura que muitas vezes não satisfaz as bases, como é

o caso de Mato Grosso, como é o caso de outros estados da federação. Então, nesse caso, eu acho que o Bivar é um homem experiente, deputado com vários mandatos, é um homem sensato e vai entender perfeitamente que independente da sua candidatura liberar os estados para fazer a melhor composição política, caso contrário pode levar, com certeza, vários candidatos a governadores a dificuldade”, disse.

Jayme lembrou que a pré-candidatura de Bivar é algo novo e que muitos diretórios já fizeram posições, já que antes havia pretensão do União Brasil estar no grupo - composto com MDB, Cidadania e PSDB - que construía uma

candidatura à presidência, no entanto, o partido decidiu lançar chapa pura.

“Muitas pessoas fizeram composição política até pelo fato que não tinha pretensão de uma candidatura própria, o que se discutia era possivelmente talvez participar de uma coligação partidária, de uma frente nacional, mas essa frente deixou de existir”, comentou.

Na avaliação de Jayme, o fato de o partido ter um possível candidato não deve atrapalhar uma provável aliança entre o governador Mauro Mendes (União) e o presidente Jair Bolsonaro (PL). No último mês, Bolsonaro sinalizou possível apoio a Mauro no pleito deste ano.

INFIDELIDADE PARTIDÁRIA

Justiça nega suspensão do mandato de sargento Vidal

Da redação

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso negou o pedido feito pelo diretório do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) em Mato Grosso para a suspensão temporária do mandato do vereador Sargento Vidal por infidelidade partidária. Atualmente, o vereador está filiado ao MDB.

O PROS alega que soube da saída do parlamentar após consulta ao sistema eleitoral FIELIA, no dia 26 de abril deste ano. A legenda cita que Vidal se desfilou sem qualquer aviso prévio ou comunicação à diretoria.

Ao defender a suspensão do mandato, o partido declara que o

cargo não pertence ao parlamentar, mas ao partido que o elegeu. E, por isso, solicitou à Justiça que realize uma audiência de justificação prévia. No entanto, o juiz federal Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza comentou que no rito procedimental não há previsão para realização da audiência antes da citação da outra parte.

“[...] Portanto, sem a participação deste no ato processual, o que caracterizaria evidente ofensa ao contraditório num processo cujo iter é bastante célere e rígido”, diz trecho da decisão.

O juiz ainda destacou que a resolução eleitoral não prevê liminar para

suspensão do exercício do mandato eletivo, sendo os efeitos provocados apenas após a conclusão do processo.

“A tutela jurisdicional, na ação de perda de mandato eletivo por desfiliação partidária se dá ao final do processo, com a procedência ou improcedência definitiva (cognição exauriente) do pedido deduzido. Não há previsão de concessão de tutela de urgência ou de evidência”, observou.

O magistrado também indeferiu o pedido de suspensão temporária do mandato e determinou que o vereador e o MDB sejam citados para que apresentem respostas no prazo de cinco dias.

‘CONDUTAS VEDADAS’

TRE retira multa de R\$ 5,3 mil contra Emanuel Pinheiro

Da redação

Por unanimidade, o Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) decidiu dar provimento a um recurso impetrado pelo prefeito e vice-prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) e José Roberto Stopa (PV), respectivamente, e excluiu uma multa de R\$ 5,3 mil, aplicada por suposta prática de condutas vedadas durante a campanha eleitoral de 2020.

A coligação Cuiabá para Pessoas, encabeçada pelo então candidato a prefeito Abílio Júnior, é a autora da ação de investigação judicial eleitoral contra Emanuel e Stopa.

Os advogados da coligação alegaram que os adversários cometeram cinco condutas irregu-

lares durante a campanha, como distribuição de cestas básicas em período eleitoral e suspensão do aumento da tarifa de água, e, por isso, pediram a aplicação de multa e que fossem reconhecidos abuso de poder político, autoridade e econômico para cassar os diplomas e decretar inelegibilidade de Emanuel e Stopa.

Em primeiro grau, o pedido foi julgado parcialmente procedente e foi acatado apenas o pedido para aplicação de multa, no patamar mínimo legal.

Para derrubar a decisão, a defesa de Emanuel ingressou com recurso alegando que a distribuição das cestas e a suspensão do aumento da tarifa foram medidas aplicadas em decorrência da pandemia do coronavírus.

O relator da ação, juiz Pêrsio Oliveira Landim, citou que a lei eleitoral nº 9.504 proíbe aos agentes públicos nos meses antecedentes às eleições, candidato ou não, várias condutas que podem afetar a igualdade entre os candidatos, no entanto, ele destacou que o “o Ministério Público Eleitoral de piso, a magistrada a quo e a Procuradoria Regional Eleitoral entenderam que não houve violação às condutas arroladas no mencionado art. 73” da referida lei.

O magistrado ainda não visualizou as irregularidades apontadas pela coligação, como utilização em campanha da mesma identidade visual adotada pela gestão.

“Tenho que não houve qualquer afronta a mencionado artigo, ou a

ocorrência de outro ilícito [...], pois como ressaltou o procurador eleitoral, a mera “utilização de determinadas cores não evidenciam uma marca própria, sendo elas, por serem abstratas e universais, insuscetíveis de apropriação. Seria também excessivo pretender punir tais situações, tutelando em demasia o eleitor por simplesmente subentender a sua incapacidade de diferenciar quando se trata de propaganda eleitoral ou quando se trata de ação de governo, tão somente por haver identidade de cores entres estas”, diz trecho do voto.

O entendimento do relator foi aprovado pelos demais membros do Pleno, que acataram o recurso para excluir a multa aplicada e rejeitar os pedidos feitos pela coligação de Abílio.



TRE afirma que não houve irregularidade em distribuição de cestas básicas durante a pandemia

MAIS INCLUSÃO

A ação faz parte da terceira edição do Qualifica Cuiabá, programa idealizado pelo Núcleo de Apoio à Primeira-dama ainda em 2018

Primeira-dama anuncia curso avançado de libras no Qualifica

Assessoria de Imprensa

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888FARMÁCIA
Unimed
Cuiabá

Da redação

A primeira-dama Márcia Pinheiro participou da certificação de mais de 1.800 alunos, na quinta-feira (12), referente aos 33 cursos ofertados pela Prefeitura de Cuiabá e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A ação faz parte da terceira edição do Qualifica Cuiabá, programa idealizado pelo Núcleo de Apoio à Primeira-dama ainda em 2018.

Durante o evento, foram certificados mais de 114 alunos em Língua Brasileira de Sinais (Libras) básico e intermediário, curso que ensina técnicas para

o atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiência auditiva.

A primeira-dama parabenizou o empenho dos alunos nesse importante curso que, além de oportunizar inúmeros postos de trabalhos, como é o objetivo principal do Qualifica Cuiabá, também promove inclusão social.

“Aprender libras é fundamental para o desenvolvimento nos aspectos social e emocional, não só do deficiente auditivo, mas também de todos aqueles que fazem parte de seu convívio. É importante difundir essa comunicação cada vez mais e, a pedido dos alunos, iremos oferecer, já na próxima edição, o curso avançado de libras para todos que fizeram essa primeira etapa”, revelou Márcia.

Além das aulas de libras, outros 32 cursos fizeram parte dessa edição do programa formando mais de 16 turmas em cinco áreas



A primeira-dama parabenizou o empenho dos alunos nesse importante curso

de atuação diferentes: Construção Civil, Tecnologia, Alimentos e Bebidas, Gestão e Empreendedorismo.

O Qualifica Cuiabá tem sido uma das principais ações sociais do

município tendo formado, em cinco anos de administração, 5,7 mil pessoas sendo 73% desse público formado por mulheres que buscam a independência financeira e renda familiar.

“Precisamos destacar o papel da mulher que tem sido a maioria nos cursos. Muitas são mães e chefes de famílias que buscam o sustento familiar, mas muitas são mulheres que querem

sair do ciclo de violência doméstica. Deixar de ser dependente do marido e se sujeitar a violência verbal, psicológica, física e, no pior dos cenários, até feminicídio”, frisou Márcia.

REAJUSTE DE 17%

Moradores de VG irão pagar mais caro na conta de água

PxHere

Da redação

A partir do próximo mês os moradores de Várzea Grande irão pagar mais caro na conta de água. Isso porque o Conselho Municipal de Saneamento Básico do município aprovou o reajuste de 17,78%. A medida que aumenta a tarifa está na Resolução nº 001/2022, que foi publicada na edição do Diário Oficial dos Municípios que circulou na segunda-feira, 09 de maio.

O prefeito de Várzea Grande, Kalil Baracat (MDB), explicou que o reajuste acompanha o aumento que foi realizado por outras companhias de água e esgoto no país e também dos próximos investimentos na área que devem ser realizados nos próximos anos.

“Houve um reajuste em todas as compa-

nias de saneamento e em Várzea Grande não foi diferente. Esse reajuste acontece, está abaixo da inflação. ‘Ah, tem muita dificuldade?’ Tem situações pontuais que têm dificuldade de água, nós nunca fugimos disso, mas estamos trabalhando para mudar isso”, disse em entrevista na solenidade de entrega de títulos de regularização fundiária em Várzea Grande, na noite de segunda-feira, 09 de maio.

Kalil comentou que o município deve lançar nos próximos dias obras que possam melhorar o sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

“Vamos lançar daqui alguns dias duas estações de tratamento que vai atender, eu acredito e tenho convicção, que vamos resolver de 90%

a 95% o problema de água em Várzea Grande e também estamos trabalhando em cima do esgotamento sanitário. Estamos construindo uma estação de tratamento de esgoto no Santa Maria que vai dobrar a capacidade de esgotamento sanitário da Várzea Grande, então, baseado nisso a gente fez isso o reajuste na tarifa de água na cidade de Várzea Grande”, explicou.

RECLAMAÇÕES – O serviço de saneamento básico é alvo de críticas dos moradores, que queixam da falta e da qualidade da água fornecida. Em março deste ano, o instituto Trata Brasil divulgou um ranking em que mostrou que Várzea Grande está há oito anos entre as cidades com os piores índices.



Nos próximos dias obras devem ser lançadas para melhorar o sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto



Gilberto Leite

Lúdio aponta que contrato está próximo do fim e, por isso, não há lógica em liberar o reajuste

INTERMUNICIPAL

Deputado tenta barrar nova tarifa de ônibus

Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) apresentou um projeto de decreto legislativo na tentativa de derrubar o aumento da tarifa do transporte intermunicipal entre Cuiabá e Várzea Grande, que passou de R\$ 4,10 para R\$ 4,95 no último dia 9.

A proposta visa sustar os efeitos na Ata da décima terceira sessão regulatória da diretoria Executiva colegiada da AGER/MT, publicado na edição no Diário Oficial do Estado (DOE) que

circulou no último dia 5, que concedeu o reajuste de 78,02% sobre o valor da tarifa vigente.

O parlamentar destacou que o reajuste autorizado pela diretoria elevou o preço do bilhete para R\$ 7,30, sendo que o governo iria subsidiar R\$ 2,35.

“O contrato não previa qualquer tipo de subsídio e, uma outra coisa, é um contrato que está encerrando agora, nós estamos a menos de seis meses do encerramento de um contrato de 16 anos, qual a lógica de reajustar de 78% do

valor da tarifa”, questionou o parlamentar em entrevista à imprensa na quarta-feira, 11 de maio.

De acordo com o deputado, o reajuste mostra-se “desarrazoado e desproporcional à luz dos princípios que regem a administração pública”.

“O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE), aponta que do último reajuste autorizado pela AGER-MT em junho de 2020, até o último índice divulgado (março/2022) houve uma

variação aproximada de 20,05%, razão pela qual não se justifica o ajuste da tarifa para R\$ 7,30, ainda mais se considerarmos o subsídio de R\$ 2,35, tendo ainda o usuário que arcar com absurdo aumento da tarifa para R\$ 4,95, valor este já acima da média cobrada em regiões metropolitanas de outros estados, cujas distâncias percorridas são muito maiores que entre Cuiabá e Várzea Grande, divididas pelo Rio Cuiabá”, diz trecho da justificativa da proposta.

SONHO ANTIGO

De olho em visitantes da América Latina, empresários cobram ação para liberar voos internacionais no Aeroporto Marechal Rondon

Turismo cobra internacionalização

Gilberto Leite

Disk Farmácia
Ligou. Pediu. Chegou.
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed
Cuiabá**Da redação**

A internacionalização do Aeroporto Marechal Rondon será um dos principais tópicos que serão abordados no FIT Pantanal, a Feira Internacional do Turismo que acontecerá apenas em formato de fórum este ano, onde serão travados diversos debates importantes para o setor. Para autorizar os voos internacionais, a concessionária Centro-Oeste Airports (COA) ainda precisa atender uma série de exigências da Receita Federal e Polícia Federal.

O debate não é de hoje. Há anos, empresários e autoridades públicas têm empreendido esforços para a internacionalização.

Luis Carlos Nigro, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Mato Grosso, garante que há demanda para

voos internacionais, principalmente ligando os países vizinhos às belezas naturais de MT. Como exemplo, Nigro cita o voo que a empresa Azul quer criar desde 2017, entre o Aeroporto Marechal Rondon e Santa Cruz de La Sierra (Bolívia).

“Nós vamos ter uma economia gigantesca”, diz Nigro, sobre a possibilidade de os turistas virem direto para Mato Grosso aproveitar as belezas naturais, assim como ‘turistas técnico-científicos’, que vêm ao estado para participar de congressos e dias de campo, movimentando a noite cuiabana, com gastos em hotéis e restaurantes.

“Nós precisamos, realmente, do turista estrangeiro vindo para Mato Grosso. Nós temos um potencial muito grande para esse turista estrangeiro, que gosta de ecoturismo”, completa Nigro.

Alcimar Moretti, presidente do Sindicato das Empresas de Eventos e Afins (Sindieventos), destaca que a importância desses visitantes já ‘medida’ por uma pesquisa do Instituto de Pesquisa da Fecomércio (IPF/MT), realizada a pedido do Conselho

Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur-MT).

O IPF identificou que o ‘turista de lazer’ gasta em média R\$ 360 por dia, enquanto o ‘técnico-científico’ gasta cerca de R\$ 600.

“Nós retomamos com força total. Já estamos com eventos... Um ‘turista de técnico-científico’, de congressos, de feiras, deixa um recurso muito maior na cidade do que um turista de lazer. É o dobro, praticamente”, afirma Alcimar, ao destacar que esse ano os empresários vão se reunir para debates e organizar a Feira Internacional de Turismo (FIT Pantanal) para 2023.

Quando era realizada, a Feira reunia cerca de 25 mil pessoas ao dia. O evento não é realizado desde 2018. Naquela época, o motivo do cancelamento foi a crise econômica, pois o evento também depende de parcerias para ser realizado, principalmente com entidades públicas.

César Miranda, secretário de Desenvolvimento Econômico de MT, garantiu recursos para a realização do FIT Pantanal. Já sobre a internacionalização do aeroporto, Miranda apontou que muitas coisas estão



Empresário lembra que Azul tenta desde 2017, sem sucesso, criar um voo ligando Mato Grosso à Bolívia

além da competência do governo do Estado. Por isso, ele considera difícil falar sobre prazo para entrega, em razão das inúmeras variáveis que podem interferir no processo.

“A gente depende de uma empresa privada, para que ela realmente faça as reformas necessárias para que a Polícia Federal e Receita Federal tenham as condições mínimas para poder operar. Um voo inter-

nacional não é simplesmente pousar e decolar um avião. Ele tem toda uma situação interna que precisa ser bem trabalhada”, lembra César Miranda.

Wenceslau Júnior, presidente da Fecomércio, lembra que a internacionalização do aeroporto é um anseio antigo dos empresários e que a classe está pressionando todos os setores envolvidos para que todos entres sejam superados.

“Nós temos uma potencialidade muito grande aqui, de turistas da América do Sul, da América Latina, que não podem descer no nosso Aeroporto de Várzea Grande. Então, é um anseio. Nós estamos trabalhando junto com todos os empresários do setor, para que o aeroporto de Várzea Grande, de fato, se transforme em aeroporto internacional”, concluiu.

NOVELA DA 163

Rota começa a ‘fazer as malas’

Da redação

A ‘novela’ da saída da concessionária Rota do Oeste de Mato Grosso está chegando a uma resolução. A expectativa é que um novo processo licitatório para a concessão da BR-163 tenha início nos próximos meses, após a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) aceitar a devolução amigável da concessão da Rota. A informação foi confirmada ao Estadão Mato Grosso pelo ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MT), Leonardo Campos.

Ator importante nesse processo de troca da concessão, Leonardo Campos tem a previsão otimista de que os trâmites da devolução da concessão sejam concluídos em 60 dias. Na última semana, ele esteve em Brasília junto com

a presidente da OAB/MT, Gisela Cardoso, em uma reunião com os diretores da ANTT.

“Nós saímos bastante esperançosos com o processo de devolução amigável da concessionária para o governo federal, o que permite o governo federal fazer novo leilão. Está andando em ritmo considerável e tem tudo para finalizar nos próximos 60 dias. Isso permitirá ao governo federal tomar providências no impasse de administrar a BR e leiloá-la novamente”, disse Leonardo, hoje conselheiro federal da OAB por Mato Grosso.

O próximo passo é o Conselho de Programa de Parcerias de Investimento, do Ministério da Economia, definir quais as responsabilidades da Rota do Oeste durante o período de transição. Após essa deliberação, as responsabilidades da

Rota deverão ser publicadas em decreto editado pelo presidente da República e, só então, a ANTT dará início ao processo de licitação.

A Ordem dos Advogados do Brasil – Mato Grosso entrou no debate em meados de 2020, quando foi formada a Comissão Especial da Rodovia BR-163, com advogados-presidentes das subseções dos municípios afetados e autoridades locais. Essa comissão elaborou um relatório técnico, que foi disponibilizado às autoridades.

Após isso, foi realizada uma audiência pública na sede da OAB em Mato Grosso, que contou com a participação de representantes da Rota do Oeste, do governador Mauro Mendes e dos ministros da Infraestrutura e Advocacia-Geral da União (AGU), Tarcísio de Freitas e André Mendonça, hoje pré-candidato ao Governo de São Paulo e ministro do STF, respectivamente.

Nessa reunião, foi decidido que seria assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para que a empresa trocasse seu controle acionário e, assim, conseguisse recursos para fazer a duplicação. Como a empresa não conseguiu encontrar interessados em assumir o risco, foi concordado que a Rota do Oeste devolveria a concessão amigavelmente.

“A Ordem dos Advogados do Brasil, enquanto representante da sociedade, está atenta e vai continuar acompanhando o processo para que nós possamos virar essa página na história da concessão e da BR 163”, conclui Campos.

Com aporte de R\$ 350 mi, empresa prevê internacionalização em 2023

Da redação

À frente do Aeroporto Marechal Rondon desde o início de 2020, a Centro-Oeste Airports (COA) afirma que já realizou uma extensa lista de investimentos em melhorias e modernização da estrutura do aeroporto, que tinham como objetivo sanar imediatamente as principais deficiências do local, como previsto no contrato de concessão.

Em relação ao processo de internacionalização do aeroporto para voos comerciais, a COA

informou que o projeto já está concluído e aprovado. A concessionária precisa construir salas para acomodar a estrutura da Receita Federal e da Polícia Federal, além de outros ‘ajustes’.

“Este investimento, na casa dos R\$ 350 milhões, tornará o Aeroporto Internacional de Cuiabá entre os mais modernos, eficientes e confortáveis do Brasil, não apenas para os clientes que viajam dentro do País, mas, também, para os passageiros internacionais”.

Segundo a COA, a empresa responsável

pela execução das obras já foi contratada e deve iniciar os trabalhos ainda este ano. A previsão é que as melhorias sejam concluídas até 2023, mesmo diante dos impactos causados pela pandemia.

“A COA informa ainda que trabalha diariamente para garantir a melhor experiência para os seus usuários e colaboradores nas instalações do aeroporto, trabalhando sempre em parceria e de acordo com todos os órgãos públicos que regem o setor”, concluiu a empresa.



Divulgação/Rota do Oeste

Processo para devolução pode andar rápido, mas nova licitação da BR-163 deve levar cerca de dois anos até ser concluída

Box de vidro em diversas cores e modelos

PEÇA UM ORÇAMENTO!

(65) 3642-3344
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS
www.casadosvidros.com.br

cuiaba.mt.gov.br

CUIABÁ SEGUE EM FRENTE NA EDUCAÇÃO



Imagine

A PREFEITURA DE CUIABÁ ESTÁ FAZENDO AÇÕES QUE JÁ MUDARAM A VIDA DE MUITOS ESTUDANTES.

Foram entregues pelo 4º ano seguido milhares de kits de uniformes com roupa e tênis, além de material escolar com tudo novinho para alunos da rede municipal. Isso é inovar e fazer a diferença. E as melhorias continuam seguindo em frente, com mudanças que beneficiam você também. Tem muito ainda para acontecer. É o avanço de uma gestão que cuida da gente, pra Cuiabá seguir em frente.

@cuiabaprefeitura
/prefeituracba
/cuiabasecom

CUIABÁ
PREFEITURA

**CUIABÁ
PRA FRENTE,
CUIDANDO
DA GENTE.**

CUIABÁ
PREFEITURA